

# O SERVIÇO SECRETO DO DEOPS/SP NA ERA VARGAS: O PAPEL DA INFILTRAÇÃO E DELAÇÃO NA VIGILÂNCIA POLICIAL SOBRE O MOVIMENTO OPERÁRIO

Marcos Tarcísio FLORINDO <sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho analisa o papel da infiltração policial orquestrada pelo DEOPS/SP em organizações do movimento operário durante a Era Vargas. Procuramos observar como essa prática se articulava com outros procedimentos levados a cabo nas dependências do departamento para a elaboração dos inquéritos policiais. Esses procedimentos, considerados extralegais, como a prisão não autorizada pelo judiciário e o interrogatório entremeado pela tortura física e psicológica do acusado, eram a tônica do modelo investigativo do DEOPS, cujas diligências visavam à confissão do delito pelo acusado. Tais práticas levadas a cabo pelo aparelho de Estado refletiam traços de uma estratégia de controle autoritária dos espaços de sociabilidade popular, sendo que a noção de justiça era delegada aos próprios policiais, que instrumentalizavam o direito de acordo com sua noção de crime e criminalidade.

**Palavras-Chave:** Serviço Secreto do DEOPS/SP; movimento operário.

**Abstract:** This work analyses the infiltration policeman's paper orchestrated by DEOPS/SP in the organizations of the labor movement during the Era Vargas. We tried to observe as this practice pronounced with other mischievous procedures to cable in the dependences of this department for the inquiries policemen's elaboration. Those procedures, considered unlawfull, as the prison non authorized for the judiciary and the interrogation intermixed by the accused's physical and psychological torture, were the tonic of the investigation model of DEOPS, whose the diligences sought the confession of the crime for the accused. Such mischievous practices to cable for

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Universidade Estadual Paulista – 14800-901 – Araraquara – SP.

the apparel of State reflected lines of an authoritarian control strategy for the spaces of popular sociability, which the notion of justice was delegated to the own policemen, that availed the right in agreement with your crime notion and criminality.

**Keywords:** Secret service of DEOPS/SP; labor movement.

Moscou, outubro de 1917. Em meio aos desastres sociais ocasionados pela manutenção do desmoralizado exército russo nos *fronts* da guerra mundial triunfa a primeira revolução de cunho socialista que lograria a efetiva tomada do poder do Estado. Momento fundamental para o desenrolar da história contemporânea, a revolução bolchevique na Rússia e seus profundos desdobramentos ajudaram a moldar os caminhos percorridos pela humanidade durante o século XX.

Da queda do Czar Nicolau, passando pela consolidação definitiva do poderio de Lênin, até a desagregação do espírito revolucionário de outubro com a ascensão de Stálin, as diversas etapas do processo russo foram exaustivamente analisadas por cientistas sociais de todo o globo. Os momentos marcantes da revolução são bem conhecidos e foram dissecados pelos estudiosos do tema, o que enfatiza sua profunda repercussão política e social em nível mundial. Porém, a indiscutível relevância de certos aspectos do processo criou sombra sobre fatos também importantes, legados a segundo plano nas análises das experiências vividas pelos protagonistas daquele momento histórico. Um desses momentos, pouco discutido pela literatura atinente ao tema, foi a queda em mãos bolcheviques dos quase intactos arquivos da *Okrbana*, a polícia política do Czar, responsável pela vigilância e repressão aos agentes que atentavam contra a manutenção da ordem social da Rússia imperial.

A análise dos documentos contidos nos arquivos da *Okrbana* ficou a cargo do ensaísta e revolucionário francês Victor Serge, que como outros militantes do movimento operário internacional, partiram para a Rússia ao saber dos primeiros ecos da revolução. As pesquisas de Serge resultaram num livro no qual se conseguiu reunir certos predicados da pesquisa científica com as necessidades práticas da militância. Em *O que todo revolucionário deve saber sobre a repressão*, o autor realiza uma acurada análise do *modus operandi* da polícia russa, utilizando como fontes os próprios documentos elaborados pela agência. Ao percorrer os itinerários da repressão, Serge procurou construir um manual prático que permitisse aos ativistas do comunismo internacional um melhor conhecimento dos métodos e das estratégias de seus perseguidores.

As expectativas dos revolucionários russos foram confirmadas no trabalho de Serge. Eles tinham em mãos um estudo que lançava luzes sobre o funcionamento da polícia política e mais, decodificava um setor pouco conhecido desse órgão, embora se revelasse pedra angular nas estratégias e nas demandas da repressão. Esse departamento era o serviço secreto, responsável pela infiltração de agentes policiais no seio das organizações vigiadas e também pela cooptação de militantes para o serviço de informação. A abertura desses arquivos causaram surpresas e reviravoltas nos círculos revolucionários da Rússia. O número de delatores levantados por Serge chegou à cifra de 35.000 ([19-], p. 15), demonstrando que havia espiões alocados nas diversas instâncias de todos os grupamentos revolucionários atuantes no império czarista. Praticamente todo o setor de investigação da *Okrbana* estava baseado na infiltração: “alguns especialistas reuniam finalmente num relatório todas as informações fornecidas pela delação e organizavam os processos” ([19-], p. 15). Ao Serviço Secreto era destinada grande parte da verba reservada ao aparelho. O diagnóstico de Serge sobre o papel desse setor na estrutura policial foi contundente: “O mecanismo mais importante da polícia é sua agência secreta, nome do serviço de delação cujas origens remontam às primeiras lutas revolucionárias”. O autor adverte aos revolucionários do mundo que esses métodos “têm certamente o seu equivalente nas polícias secretas de todos os estados capitalistas” ([19-], p. 17).

São Paulo, março de 1983. Após acalorados debates envolvendo autoridades ligadas ao governo do Estado, militares, imprensa e demais forças políticas que se reagrupavam na esteira das recentes liberdades permitidas durante os anos finais do regime militar, foi anunciada oficialmente a extinção do Departamento Estadual de Ordem Política e Social. O antigo DEOPS, como ficou conhecida nossa polícia política, funcionou no âmbito da polícia civil do Estado durante 59 anos<sup>2</sup>. Devido às características de sua atuação, este órgão tornou-se um símbolo das arbitrariedades da repressão policial e mesmo do caráter autoritário do Estado brasileiro. Após agir com imensa liberdade de atuação em relação às esferas jurídicas durante toda sua existência, a delegacia foi colocada na alça de mira dos críticos do regime militar que valorizavam o discurso da ampliação das liberdades democráticas naqueles anos finais da ditadura. Dessa maneira, extinguir o departamento que simbolizava a repressão e também guardava sua memória antes da transição

---

<sup>2</sup> A Delegacia de Ordem Política e Social foi criada a partir do decreto lei n. 2034 de dezembro de 1924.

*do poder para um governo eleito por voto direto tornou-se uma demanda para os detentores do poder do Estado.*

Um dos cerne da discussão no momento da extinção do DEOPS/SP era o destino de seus arquivos. Eles foram transferidos, assim como o pessoal alocado na delegacia, para o âmbito da polícia federal. Isso foi feito com anuência do então Governador do Estado, José Maria Marin, já que tanto a posse dos arquivos como o destino dos funcionários da agência estavam ligados às decisões da burocracia estadual paulista.<sup>3</sup>

No final de 1994 os arquivos do DEOPS/SP, então sob guarda do Arquivo do Estado de São Paulo, foram definitivamente abertos à consulta pública. O pesquisador que hoje se debruça sobre os antigos prontuários e dossiês elaborados pelo DEOPS/SP observa, como outrora observou Victor Serge e sua equipe na Rússia, a imensa quantidade de relatórios elaborados a partir de atividades ligadas à infiltração policial. Tais relatórios, assinados ou não, estão presentes na maioria das pastas do arquivo. Organizações operárias, partidos, militantes destacados de diversas correntes políticas, entre outros têm suas atividades delatadas quase cotidianamente pelos “secretas”, nome dado oficialmente pela burocracia do órgão aos agentes ligados a estas atividades. Tal qual sua congênera russa, a infiltração de agentes nos círculos sociais que mereciam vigilância constante – segundo a ótica dos donos do poder – foi uma estratégia amplamente utilizada pela polícia especializada de ordem política e social desde o início dos seus trabalhos de investigação: “A polícia dispunha de alguns homens muito inteligentes, de técnicos com grande capacidade profissional, mas toda máquina se baseava no trabalho de um núcleo de funcionários desconhecidos” (SERGE, [19-], p. 52).

No caso do DEOPS/SP, a cooptação de militantes operários e a infiltração de agentes policiais nos círculos de sociabilidade que requeriam vigilância constante permitia o próprio funcionamento da agência. O DEOPS/SP tinha atribuições legais de polícia judiciária, portanto sua função junto ao aparelho de Estado era investigar os considerados delitos contra a ordem política e social constituída para a elaboração dos inquéritos policiais, que deveriam ser encaminhados ao judiciário para a instauração do processo penal. Porém, numa sociedade como a brasileira, de circulação rarefeita dos valores democráticos, na qual o direito é transformado em privilégio de poucos e a repressão se

<sup>3</sup> Sobre o assunto, ver: (MINGUARDI, 1991).

coloca como pilar fundamental da estratégia de normalização social, cabe à polícia mais que encaminhar os processos legais. Na verdade, seu papel é o de instaurar o direito nas frestas sociais não abarcadas pelo Estado, respondendo com eficiência e rapidez aos desvios de conduta condenados pela elite (BENJAMIN, [19-], p. 160-75). Nesse sentido, a polícia sequestra e instrumentaliza a noção de direito, aplicando-o no corpo social de acordo com sua noção de crime e criminalidade. Tal postura foi intensificada no início dos anos 30, concomitante à decretação das primeiras leis de legislação trabalhista de Vargas, quando o cerceamento ao movimento operário assumiu novos ares institucionais, elevando o papel do DEOPS nas estruturas do poder do Estado.

O primeiro governo de Getúlio Vargas (1930 -1945) foi marcado pela modernização capitalista de nossa sociedade, com a aceleração do processo de industrialização e o conseqüente surgimento de uma sociedade de massas. A repressão política e social foi uma das estratégias das elites detentoras do poder para disciplinar a população às normas exigidas pelo aperfeiçoamento da sociedade, do trabalho urbano e industrial. Como já afirmou Alcir Lenharo, o governo, naquela época, levou a sério as possibilidades da classe operária no jogo do poder (LENHARO, 1986, p. 22). Não devemos esquecer que durante a Era Vargas houve uma política de controle dirigida especialmente ao movimento operário que envolvia, para além da repressão profilática dos grupamentos partidários da revolução social, o aperfeiçoamento dos métodos de aliciamento dos trabalhadores. A modernização da sociedade trazia a moderna tática da tutela estatal como mecanismo de controle das aspirações operárias. (DINHEIRO, 1991, p. 331).

Ao privilegiar a estratégia repressiva como sustentáculo de sua campanha disciplinadora da sociedade, o Estado permitiu que no seio da instituição policial florescesse uma cultura operacional que privilegiava a intimidação como tática e as práticas extralegis como formas corriqueiras de atuação. O cerne dos procedimentos de investigação policial evidenciavam a culpabilização dos indiciados mediante a confissão do crime e não o levantamento dos fatos e provas, como ponderava as regras judiciais. Dessa maneira o DEOPS/SP, para responder às exigências de uma sociedade livre das dissidências, elaborou uma metodologia de investigação policial que combinava a delação dos acontecimentos e a detenção, no momento oportuno, dos envolvidos para interrogatórios que visavam à confirmação da denúncia. “O indivíduo, sob a ótica desse processo de culpabilização explícita, permanecia em estado de

suspeição e devia, numa dramática inversão dos princípios legais, provar sua inocência” (SOUZA, 1998, p. 25). Um sistema policial baseado na confissão para a resolução das investigações criminais toma emprestado métodos que facilitem a formatação das culpas, dentre os quais, destacou-se na trajetória do DEOPS/SP a tortura física e psicológica que facilitavam a obtenção da confissão durante os interrogatórios dos suspeitos.

A investigação dos delitos, subordinada às demandas e expectativas do controle social desejado por nossas elites, criou a necessidade de transformar a agência policial em uma grande teia de vigilância espalhada pelos diversos recantos do corpo social. Seu bom funcionamento dependia da utilização de agentes não ligados oficialmente à burocracia estatal que, espalhados pelos recantos da sociedade, pudessem funcionar como informantes do órgão, avisando e prevenindo sobre os crimes e apontando os suspeitos e responsáveis. A larga utilização de informantes custeados extra-oficialmente pelo Estado, formando uma rede clandestina de vigilância, é uma das faces do legado arbitrário perceptível na atuação de nossa polícia política. Eficiência era entendida como rapidez na resolução dos casos em detrimento da investigação de acordo com os preceitos técnicos. Eficiência era manter as aspirações populares sob rígido controle policial. Dissimulação e terror combinados formaram um método corriqueiro de atuação no DEOPS para resolução dos conflitos sociais.

Era de interesse da agência policial que os vigilantes fossem cooptados no seio das próprias organizações vigiadas. Esses criavam uma visibilidade maior do funcionamento daquele círculo de convivência. A infiltração possibilitou à repressão construir saberes a respeito das entidades observadas; nada devia escapar a seus olhos: os locais de reunião, os nomes e atividades dos principais militantes, as diferenças entre as tendências, as possibilidades de aliança, os ânimos do momento, os indivíduos em evidência ou decadência na estrutura partidária. A atividade dos secretas fornecia à polícia uma abundante quantidade de documentos que substanciavam os inquéritos elaborados pela agência. As estratégias adotadas pela polícia para a contenção das atividades dos revolucionários tinham como ponto de partida as informações delatadas pelos *grumiros*.<sup>4</sup> A infiltração permitia ao DEOPS mapear a entidade observada. Por meio das delações era possível conhecer o grau de atividade de cada militante e a importância de cada setor da organização. A observação

<sup>4</sup> Essa denominação dada aos “agentes provocadores” é encontrada em alguns documentos produzidos pelos comunistas. Um exemplo está no jornal *O trabalhador gráfico*, n. 21, fev. 1923. -- Microfilme do CedemUnesp.

permitia ao aparelho policial antecipar a movimentação dos grupos, prevendo suas ações, suas campanhas, as diretrizes e as estratégias. Por meio dos delatores era possível conhecer os recursos e os aparelhos utilizados pela organização. A vigilância freqüente instaurou mecanismos de controle que emprestaram maior eficiência à repressão, pois permitiam a utilização da coerção física em momentos adequados. Por meio da infiltração, a polícia podia avaliar condições e atacar os pontos nevralgicos nos momentos oportunos. Como no caso deste documento encontrado no prontuário do Socorro Vermelho Internacional, organização criada nos anos 30 pelos comunistas ligados à III Internacional para auxiliar os companheiros presos e suas famílias:

Com a minha entrada no Socorro Vermelho, já estou em contato com mais alguns companheiros... Américo, elemento de destaque no S.V., está sendo minha melhor ligação, em ocasião mais oportuna, depois dele não mais precisar, direi qual é a maneira mais fácil para sua identificação. Hoje mesmo, às 8 horas da noite, tem um ponto marcado comigo, a fim de apresentar-me um outro companheiro.

Por agora acho inconveniente qualquer ação em torno desse elemento, pois por intermédio desse, muito irei conseguir... penso que me vai ser entregue o cargo de tesoureiro do Socorro Vermelho, devendo eu por conveniência assumir tal incumbência, pois que dessa maneira conseguirei anular as atividades de muitos elementos, e em parte mais um setor... (DEOPS, [19-])

Como já percebera Victor Serge: “A segurança política deve destruir os centros revolucionários nos pontos de sua maior atividade e não esbanjar esforços em tarefas menores” (SERGE, [19-], p. 16). Tanto na *Okbrana* como no DEOPS/SP – e possivelmente na maioria das polícias políticas do mundo –, a delação alicerçava os trabalhos de inteligência desenvolvidos pela agência responsável pela repressão política e social. Para elaborar um quadro de informações sobre certo indivíduo ou associação vigiada, tornava-se indispensável os trabalhos dos secretas: “trata-se sempre de perseguir o homem, de conhecer seus atos, seus gestos, as suas ligações e, em seguida, penetrar em sua intimidade” (SERGE, [19-], p. 13). Mesmo as mais sutis divergências entre as posições teóricas no seio de uma mesma tendência são captadas e descritas nos relatórios encomendados pela polícia:

...os anarquistas partidários da organização operária (porque há anarquistas que são contrários à organização sindical de massas) são os que se denominam anarcossindicalistas, chegando alguns a fazer dos sindicatos um verdadeiro corpo de doutrina que, em tese, tem a seguinte expressão doutrinária: “Todo poder aos

sindicatos'. Este doutrinário sindicalista é muito discutido pelos anarquistas negativistas do valor efetivo do sindicalismo como doutrina específica que se basta a si próprio.

Os anarquistas que os comunistas denominam 'puros' negam eficiência ao sindicalismo, argumentando que o sindicato operário é uma continuação marxista do princípio autoritário, e sendo o anarquismo um princípio essencialmente libertário, tem forçosamente que contradizer o germe ditatorial que encerra o espírito da organização. Os anarquistas puros são teóricos do homem livre.

Os sindicalistas, pois, estão colocados no terreno que os anarquistas puros combatem. Os sindicalistas concebem, como os anarcossindicalistas, o sindicato como uma doutrina social definida, e são os que constituem atualmente a maioria no campo operário. (Antônio Ghioffi). (DEOPS, [1931], v.2)

De acordo com esse relatório de 1931, assinado pelo reservado Antônio Ghioffi –militante cooptado no seio das organizações anarcossindicalistas da capital e que prestou relevantes serviços ao DEOPS nas diligências que levaram ao desmantelamento da Federação Operária de São Paulo<sup>5</sup> – notamos que assinalar as diferenças entre as posturas dos grupos revolucionários fazia parte do trabalho do secreta. Sua convivência nos meios vigiados possibilitava o conhecimento das particularidades que, quando delatadas à polícia, auxiliavam na construção das imagens distintas dos suspeitos. Dessa maneira, auxiliavam na criação de categorias diferenciadas de militância, servindo para tipificar e marcar com mais precisão os indivíduos, hierarquizando-os, criando níveis de periculosidade e formas diferentes de abordagem policial. Dessa maneira, a agência podia ater-se com mais eficácia sob seus observados, estendendo a teia de sua rede de segurança.

Devemos acentuar que as tarefas dos infiltrados não se restringiam a municiar o órgão de informações. Entre os reservados mantidos pela delegacia encontravam-se indivíduos que assumiam cargos de responsabilidade e direção nas organizações vigiadas. Eles podiam colaborar de uma maneira mais fecunda com o aparelho policial em suas tarefas de combater os militantes da revolução social. O espanhol Eduardo Dias, militante do PCB, registrou em suas memórias uma frase significativa, enunciada por um delegado que o interrogava preparando seu processo de expulsão

<sup>5</sup> A FOSP congregava os sindicatos dirigidos pelos anarquistas de São Paulo. A entidade, reformulada após a revolução de 1930, congregava em 1931 cerca de 20 sindicatos filiados. Após a decretação das leis trabalhistas o DEOPS realizou diversas diligências contra os militantes da organização, o que a tornou acéfala. Antônio Ghioffi era o responsável pela elaboração das atas das assembleias sindicais acontecidas na organização, atas que encaminhava ao mesmo tempo para o fichário da Federação e para a mesa do delegado do DEOPS Dr. Ignácio da Costa Ferreira. O reservado também fez suas incursões na União dos Trabalhadores Gráficos, sindicato de orientação trotskista também filiado à Federação.



do território nacional, uma declaração que deixara Vítor, nome utilizado para representar o autor no livro, extremamente preocupado: “Vítor, esse seu Partido nós vamos destruí-lo por dentro” (DIAS, 1977, p. 68).

Para destruir uma organização “por dentro”, a atividade dos secretas alocados em postos de direção tornava-se imprescindível, pois além de interceptar as informações importantes e passá-las ao órgão, ele podia interferir diretamente na vida orgânica da associação, como demonstra o relatório do infiltrado Mário de Souza, um reservado dos mais atuantes no início dos anos 30 nos meios sindicais paulistas, quando participava como representante dos trabalhadores da Cia. Light & Power das reuniões entre anarquistas e comunistas para a formação de uma frente antifascista em São Paulo, ainda no ano de 1933. Primeiramente o reservado informa à polícia sobre a tensa situação política em que se encontravam os antifascistas:

Os antifascistas não farão grandes progressos em sua campanha, que é senão de idéias extremistas, pois, já entre eles, existem divergências. Quem é comunista não sabe combater o fascismo se não pregar o comunismo; quem é anarquista não combate sem defender os interesses anárquicos. (DEOPS, [1962], v. 1, doc. 131)

Depois de verificar o problema, o agente duplo prescreve sua estratégia para intensificá-lo: “A nossa principal atividade agora vai ser a intriga, com esta arma combateremos os projetos de propaganda presentes e futuros” (DEOPS, [1962], v. 1, doc. 131).

Isso demonstra que a utilização dos secretas em atividades de sabotagem direta estava entre as táticas de repressão desenvolvidas pela polícia política e de ordem social. Como revelou o relato de Mário de Souza, a delegacia, por meio de seus espiões, estava informada passo a passo de todos os lances da acirrada disputa entre anarquistas, comunistas ligados ao PCB e trotskistas pela hegemonia no movimento operário paulistano. A luta se desenvolvia no mesmo momento em que o governo procurava implementar as leis trabalhistas. O DEOPS fazia questão de acirrar a divisão entre as correntes, pois sabia que a querela provocava o enfraquecimento das posições defendidas pelos partidários da revolução social. A agência traçou estratégias para direcionar os efeitos dessa luta de acordo com as demandas requeridas pelas leis emanadas do Estado. Os reservados da delegacia tinham ciência dessa estratégia policial, o que revela um indício de seu aproveitamento para implementar a ação. Como afirma Antônio Ghioffi:

Em São Paulo, a ação do Partido Comunista, da Confederação Geral do Trabalho e da Federação Sindical Regional tem sido embargada em grande parte por uma tática inteligente, desenvolvida pela DOPS (Ordem Social) que, aproveitando a posição ideológica das correntes predominantes no seio do proletariado militante, fez com que prevalecesse o critério apolítico nas organizações que, apesar de discutido com seus acendrados mentores, teoricamente estão, quer queiram, quer não, de acordo com o apoliticismo da lei de sindicalização do Ministério do Trabalho. Essa tática produziu os melhores resultados, trazendo conseqüentemente uma sensível divisão de forças nas diversas facções sindicais existentes. Estabeleceu-se assim a guerra de tendências, a guerra de escolas dentro do quadro do sindicalismo político e anti-político. (DEOPS, [1931], v. 2)

Entre as atividades passivas (manter um fluxo contínuo de informações) e as atividades ativas (sabotagem direta nos meios vigiados) dos secretas<sup>6</sup>, a importância da atividade de infiltração para as diligências policiais pode ser percebida no próprio crescimento desse setor, ocorrido na Era Vargas.

No início da década de 30 ainda não havia uma sessão específica de serviço reservado no DEOPS/SP; a maioria dos espíões atuantes no movimento operário estão subordinados ao setor de Ordem Social e seus relatórios estão endereçados diretamente ao delegado chefe à época, Dr. Costa Ferreira. Já em 1932 encontramos relatórios policiais que afirmam a importância de “organizar um regular corpo de reservados para as fábricas, empresas e fazendas mais importantes, para poder estar assim a par de todos os planos” (DEOPS, [19-], v. 7). Logo após a Intentona Comunista percebemos que foi formado no âmbito da agência de repressão um setor específico de serviço reservado, sob coordenação dos investigadores chefes João Agostinho e Luís Apolônio.

Os primeiros documentos que se reportam ao setor de Serviço Secreto (SS) estão datados de 1937. A importância desse setor pode ser avaliada pela tentativa de transformá-lo em um órgão autônomo, separado do DEOPS, como requer o decreto estadual 10.910 de 23/01/40 (DEOPS, [1940]). O SS voltaria a ser uma sessão da delegacia 10 meses depois (decreto 11.782 de 31/12/40). Nessa época, já contava com um delegado responsável e respondia, entre outras atribuições, pela organização dos arquivos da agência policial. Foi nessa época que o SS começou a elaborar as pastas denominadas dossiês, que repousam

---

<sup>6</sup> Essa divisão das atividades dos espíões era utilizada no próprio DOPS/SP. Essas denominações aparecem em um relatório guardado no Prontuário no. 2.431 do PCB, vol. 3, de nome: “Informações por intermédio de agentes secretos”. O documento em referência é uma possível tradução manuscrita de um tratado de espionagem militar.

hoje nos arquivos do DEOPS e apresentam uma organização documental mais sistematizada que a anteriormente adotada na delegacia (prontuários). A responsabilidade da contenção dos planos comunistas também ficou sob seu encargo:

A execução desse Serviço é regulada por instruções internas, baixadas pelo Delegado Auxiliar do DOPS, ao qual compete a designação dos chefes dos diversos setores. O referido serviço tem um corpo de investigadores reservados de livre escolha da alta administração policial. (PESTANA, 1963, p. 208)

Além das atividades de infiltração nas associações vigiadas e acompanhamento dos militantes da revolução social, competia ao SS do órgão a vigilância do movimento das estações de trem e do aeroporto de São Paulo, anotando a entrada e saída de indivíduos importantes na capital e no Estado (DEOPS, [1940], v. 2). Para a infelicidade dos anarquistas, que em 1941 procuravam reavivar o movimento libertário em São Paulo em plena ditadura do Estado Novo, a ligação com o pessoal encarregado de fazer a censura postal também era uma atividade do SS do órgão:

A censura postal, com sua vigilância, nos proporcionou meios para localizar nesta capital um grupo de indivíduos que vem fazendo propaganda anarquista, com material recebido da Argentina. Essas pessoas foram acompanhadas, localizadas e anotadas suas ligações, depois de constatarmos, também, a distribuição do material recebido. Agora aguardamos a retirada de nova remessa que se encontra no correio, para efetuar a prisão em flagrante do principal responsável. (DEOPS, [196?], v. 7)

Ainda no período da 2ª guerra mundial foi montado um serviço de rádio-escuta coordenado pelo SS, que procurava identificar pontos transmissores de rádios clandestinas utilizadas pelos espões do eixo (HILTON, 1977). Esse serviço também ficava permanentemente sintonizado com as principais rádios do mundo como a de Moscou, conforme demonstra esse documento, que trata de uma entrevista realizada com o escritor Jorge Amado enquanto este estava na capital soviética, num período posterior ao governo de Vargas.

Do reservado Mário Antônio da Silva: No dia 25/11/48 a rádio de Moscou, transmitindo um programa para América Latina (das 19:00 às 23:00h), apresentou o escritor Jorge Amado, ex-parlamentar comunista, o qual disse que se achava escrevendo um livro dedicado a URSS.

O mesmo criticou abertamente o governo brasileiro, taxando-o de 'agente do imperialismo norte-americano' e terminou enviando suas 'saudações aos camaradas do Brasil' Em seus ataques ao governo do Brasil, usou nas fraseologias os vocábulos muito conhecidos e citados constantemente pelos comunistas, como sejam 'reacionários', 'imperialistas', 'fascistas', 'capital colonizado' e etc. (DEOPS, [19-])

As atividades de infiltração policial, desde seu início, eram amplamente apoiadas pelos empresários paulistas, evidenciando que o controle do mundo do trabalho, na mentalidade de grande parte dos industriais de São Paulo à época, ainda era um caso de repressão e listas negras. Essas, aliás, constam em meio aos documentos guardados em diversos prontuários elaborados pela delegacia. Não é incomum encontrarmos nos arquivos do DEOPS esses documentos nos quais os patrões apontam à polícia os trabalhadores mais combativos das diversas indústrias da capital. A atividade policial da infiltração era corroborada pelas instituições que cuidavam dos interesses dos industriais. Em 19 de janeiro de 1932, a diretoria da Federação das Indústrias de São Paulo enviou esta circular intitulada "Muito confidencial" aos diretores das empresas filiadas:

Queiram V.S. s. notar que a Delegacia de Ordem Social destacou para as fábricas desta cidade grande número de agentes, investidos de missão especial. As fábricas que estiverem em serviço estes auxiliares da polícia devem alimentá-los e alojá-los comodamente, para maior eficiência do trabalho que estão realizando. Todos os agentes, para provarem suas qualidades, estão munidos de carteira de identidade, que deve ser exigida quando eles se apresentarem nas fábricas. (DEOPS, [1931], v. 1)

A infiltração de agentes policiais nas fábricas, entre outros locais essenciais à reprodução da ordem social vigente, revela outra face da estratégia da vigilância constante. A presença dissimulada de um agente policial delator em meio aos operários de uma fábrica tornava-se uma barreira que interditava as ações dos últimos, instaurando o controle daquele ambiente pelo temor. Por meio de mais esta coerção, o DEOPS/SP controlava o ambiente dos indivíduos, enquadrando-os nos papéis necessários à consolidação da ordem social burguesa. A infiltração policial estava inserida na pedagogia do terror requerida para o controle do mundo do trabalho livre. Embora a noção de segredo envolvesse as atividades e identidades dos agentes delatores, a prática da infiltração não era ignorada pelos meios observados. À repressão era interessante que nesses meios reinasse a impressão da suspeita constante, criando uma atmosfera de medo e incerteza entre os operários ou de desconfiança entre os

militantes de uma determinada associação ou partido. Tal fato ocorria com o PCB, que devido à presença dissimulada dos “provocadores” no seio da organização, era obrigado a tomar medidas de segurança internas que protegessem sua estrutura dos estragos causados pelos elementos infiltrados da polícia, atrapalhando ainda mais sua atividade de expansão numa sociedade na qual já agia clandestinamente.<sup>7</sup>

A suposta presença de infiltrados da polícia nas reuniões, assembléias, *meetings*, palestras, festivais, piqueniques, entre outros eventos promovidos pelos revolucionários era sempre considerada. Ao apresentar uma conferência de um tal Doutor Halembeck, promovida no Clube dos Artistas Modernos, o coordenador da mesa, Dr. Flávio de Carvalho, anunciou ante a disfarçada presença na assistência do reservado Guarany “Apresento-vos o homem que viveu durante 20 anos com os índios e que irá dizer coisas, que, se aqui estiver uma autoridade da Ordem Social, certamente irá parar na gaiola” (DEOPS, [196?], doc. 3).

Outros militantes partiam para a provocação direta ao inimigo invisível. Esse foi o caso do anarquista Pedro Catalo que em uma assembléia na FOSP, realizada em 13 de abril de 1933, em meio a sua oração carregada de fortes protestos contra a ordem social vigente, disse: “que tudo quanto acabara de afirmar era para mostrar que não tinha medo, pois sabia que dentro da reunião se encontravam laçaios da polícia, para, em relatórios e a troco de miseráveis ordenados, tudo comunicarem às autoridades policiais” (DEOPS, [196?], v. 3, doc. 152).

---

<sup>7</sup> Sobre o assunto existem diversos documentos apreendidos pela polícia que hoje repousam nos prontuários apreendidos pelo DEOPS/SP. Como exemplo, podemos citar as circulares “Luta contra a espionagem e a provocação” de 25/03/36 e “A todos os organismo do partido na região”, ambos assinados pelo C. R. de São Paulo do PCB. Esses textos, que deveriam rodar por todas as instâncias da organização, das células aos comitês deliberativos, procuravam educar o militante de acordo com as normas de segurança contra a espionagem. As medidas reforçavam a noção de segredo que envolvia a militância partidária: ninguém “de fora” deveria ter conhecimento das atividades dos comunistas. Os membros deveriam evitar os “tagarelas” e elementos curiosos. Os militantes não deviam conhecer os endereços uns dos outros, assim como seus verdadeiros nomes. Todos os novatos deveriam ser muito bem estudados, assim como os companheiros de outras regiões e os egressos da prisão, que permaneciam na “geladeira” até que fosse reconhecido que ainda mereciam confiança. Enfatizava-se a importância de nunca marcar encontros no centro da cidade, em ruas movimentadas e nos locais onde havia pretexto para ficar parado. Entre essas normas estava a recomendação de jamais atrasar mais de cinco minutos num ponto de encontro, que só poderia reunir três companheiros. Variar as residências de reunião e não mais, como era hábito até meados da década de 30, avistar-se em cafés. As casas utilizadas deveriam organizar um esquema de vigilância para a entrada e saída dos participantes. Não parar na rua para falar com um companheiro sem ter motivo e não manter documentos. Os aparelhos do partido, como as gráficas, só deveriam ser conhecidos por um número restrito de ativistas. Existem cópias desses documentos no Prontuário DEOPS/SP no. 2.431, do PCB, v.8.

Comentando ainda a recente prisão de Hermínio Marcos, um dos principais militantes anarcossindicalistas de São Paulo, naquela época membro da direção da entidade, Pedro Catalo afirma sua posição frente às incertezas provocadas pelas atividades disfarçadas dos infiltrados:

*(Sic)* a canalhada policial pensa que nós, com isso, ficamos inativos, engana-se; pois é esse o papel dessa corja de crápulas: quem sabe se lá fora estão me esperando os cachorros da Ordem Social para que eu vá fazer companhia ao camarada Hermínio? Talvez esses miseráveis julguem que o Hermínio é principiante? Não...Hermínio é veterano e não se intimida com pouca coisa”. (DEOPS, [1931], v. 3)

A polícia, com certeza, sabia que o espanhol Hermínio Marcos Hernandez não era um principiante. O militante libertário era um dos campeões de citação nos relatórios reservados preparados pelos secretas atuantes na Federação Operária. Sua grande capacidade oratória, revelada na cópia de seus discursos inflamados, já havia despertado o interesse da delegacia em acompanhar seus passos.

A infiltração policial nos meios anarquistas da capital, no início dos anos 30, foi intensa. A história do anarquismo em São Paulo, no momento de sua decadência no movimento sindical, está muito bem documentada nos arquivos do DEOPS/SP. A estrutura organizacional dos libertários, menos rígida que a comunista, permitiu a infiltração com mais facilidade. Os anarquistas geralmente eram avessos à restrição ou controle das visitas nos locais de propagação de seu ideário. A maioria de suas atividades era realizada de portas abertas ao público. Os secretas acompanhavam a movimentação de todas as entidades ligadas ao ideal libertário. Informavam ao DEOPS seus principais militantes, os movimentos paredistas em preparação e também os festivais, conferências e palestras preparados pelos anarquistas. O contínuo cerceamento policial de suas organizações, acompanhado da prisão de seus principais líderes, determinou seu declínio. Como agravante, grande parte dos militantes da capital era composta de estrangeiros, na maioria italianos e espanhóis, sendo atingidos pela pena de expulsão determinada para os agitadores pela legislação brasileira. As expulsões, no contexto de uma Europa que caminhava a passos largos para os regimes fascistas, configuravam-se uma pena terrível para o expulsando, caso dos italianos, encaminhados diretamente para os cárceres de Mussolini.<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Entre 1935 e 1937 foram expulsos do território nacional, em processos movidos pelo DOPS/SP, 78 pessoas. Desse total, 38 eram espanhóis, 10 portugueses, 13 lituanos, 8 italianos, 3 poloneses, 2 franceses, 2 alemães, 2 romenos, 1 checoslovaco, 1 inglês e 1 paraguaio. - “Relação dos extremistas expulsos do território nacional pelo Exmo. Sr. Dr. Ministro da Justiça” - Prontuário DEOPS/SP no. 2, de Abílio Neves. (DEOPS, [196?])

No seio das organizações mantidas pelos comunistas a situação não era diferente. A infiltração policial no PCB e em outras organizações criadas pelos militantes brasileiros, tais como o Socorro Vermelho Internacional e a Juventude Comunista, era enorme. William Waack afirma que a fragilidade à infiltração caracterizava o PCB no cenário da III Internacional, o que levou o *Komintern* a tomar o partido brasileiro como um caso especial. Em Moscou, aulas de como evitar os “agentes provocadores” eram levadas a efeito exclusivamente para os ativistas nacionais que se encontravam na capital do comunismo mundial. Segundo Waack, o *Komintern* mandou a São Paulo, em 1934, um experiente militante argentino, Esteban “Grassi” Peano, para auxiliar no desenvolvimento de um padrão de segurança e eficiência para o funcionamento das estruturas internas do PCB. Logo ao chegar, “Grassi” percebeu que pisava em terreno perigoso:

Logo ao chegar achou estranho o padrão de vida do secretário da organização local, que era desempregado mas morava num apartamento grande, com empregada. Por uma sugestão de Peano, um truque primitivo foi empregado contra esse dirigente: um militante do interior ficou hospedado em sua casa e começou a reclamar do partido. Imediatamente o secretário da organização regional ofereceu-lhe dinheiro e uma carteirinha de polícia, para poder viajar de graça. De acordo com Peano, também o presidente do comitê de greves de construção civil estava ligado à polícia. (WAACK, 1993, p. 235)

Para tentar evitar a infiltração policial, os comunistas tomavam medidas extremas. Os militantes encarregados de reconstruir o Comitê Regional de São Paulo do PCB, destruído por uma grande investida policial em março de 1941, contrariando a noção de segredo que deveria envolver suas ações, determinaram a adoção de fichas cadastrais para os membros do partido. Nestas constariam o nome verdadeiro dos ativistas, assim como seus endereços oficiais. As lideranças ponderaram que a espionagem policial havia sido em grande parte responsável pela queda dos dois últimos C.R. paulistas (1937/8 e 1940/41). Tal medida não passou despercebida pela agência policial:

Não tivemos ainda conhecimento de que tenham organizado o C.R. na região de São Paulo. O maior obstáculo à sua reorganização tem origem na desconfiança que lavra em torno dos elementos de maior evidência de que no seio do Partido haja elementos da reação infiltrados. Chegaram os comunistas a esta conclusão à vista da extensão alcançada pela repressão de março, na qual foram detidos todos os elementos da direção, além da tipografia do partido.

Ainda, há poucos dias, como prova do que afirmamos, um dos nossos reservados recebeu uma ficha do partido para preenchê-la, constando do questionário a exigência da apresentação de nome e endereço legal, exigência contrária à técnica conspirativa da organização, e só aconselhável em ocasiões extraordinárias, a fim de se abster a infiltração. Foram ministradas instruções ao nosso reservado para que preenchesse o questionário, declarando seu nome e endereço legal, e prevenindo no sentido de não ser apanhado em ligação com o encarregado da seção”. (SÃO PAULO, [19?], v. 8)

Observando os documentos que repousam nos arquivos do DEOPS/SP percebemos que realmente havia infiltração desde as células até a cúpula da organização comunista. Há um relatório datado de 26 de setembro de 1937, avisando sobre um “elemento de destaque do PCB, que há quatro anos tem mantido a chefia de polícia a par de suas deliberações”. Pelo teor das informações passadas à agência de repressão – relato das decisões tomadas no bureau político do partido acerca do posicionamento a ser tomado nas eleições presidenciais de 1938 – percebemos que o colaborador em questão devia estar alocado na alta cúpula da organização, provavelmente na sua Comissão Central.

Entre os reservados que assumiam posições de responsabilidade no partido e nas organizações coordenadas pelos comunistas, podemos destacar Rubens de Almeida, ferroviário, membro da diretoria do Sindicato da São Paulo Railway que, de 1933 a 1935, forneceu informações sobre a movimentação comunista ao DEOPS/SP. Entre as missões importantes confiadas pelos dirigentes comunistas ao reservado podemos destacar uma viagem patrocinada pelo diretório paulista da Aliança Nacional Libertadora pelos núcleos do interior do Estado, como afirma num relatório à polícia:

Por proposta da ANL, percorri as cidades de Campinas, São Carlos, Dois Córregos, Bauru e Sorocaba, munido de duas credenciais (ANL e ferroviário da SPR), e de uma pasta contendo prospecto de fogões, no sentido de fiscalizar, aliás, inteirar-me da situação real, no sentido orgânico da ANL, sindicatos e órgãos auxiliares, tal a incumbência recebida e aceita”. (DEOPS, [196?], v. 5)

A viagem foi acertada em uma reunião com os dirigentes estaduais da ANL, comparecendo Hildeberto Queiroz, Caio Prado Jr. e E. Zambano. As instruções dadas ao suposto militante eram precisas: tornava-se necessário fazer uma descrição minuciosa das condições materiais da Aliança, assim como anotar a disposição dos militantes. Verificar os locais em que esses estavam organizados, se haviam montado “brigadas de choque” para eventuais ações contra a reação e os integralistas, entre outras caracterizações do organismo



no interior. Como afirmou ao reservado o dirigente máximo da seção paulista, Caio Prado Júnior: “o que nos interessa, é saber o que existe de concreto e positivo, particularmente no setor sindical, porque não queremos dar pulos no escuro”.

Ao reservado – e por conseqüência, à polícia – foi fornecido o nome de diversos militantes que serviriam de ligação deste com os núcleos do interior, assim como dinheiro para as despesas e a garantia que “em determinados trechos, a viagem ser-me-ia facilitada por automóveis aliancistas” (SÃO PAULO, [19-], v. 5, doc. 458). Dessa maneira, bancada com a receita da própria entidade, ao DEOPS/SP foi fornecido um organograma atualizado da ANL no interior do Estado de São Paulo, organograma decisivo para se efetuar diversas prisões de militantes e simpatizantes da organização poucos meses depois.

Como já afirmara Victor Serge “a polícia devia ver tudo, entender tudo, saber tudo, poder fazer tudo...A força e a perfeição dos seus mecanismos revelam-se tão temíveis que pode se dizer que encontra no fundo da alma humana, recursos inacessíveis” (SERGE, [19-], p. 51). O órgão responsável pela contenção política esquematizou uma estratégia de vigilância intermitente e dissimulada para auxiliar na demanda de controle social necessário à consolidação do projeto político das elites. A abertura de seus arquivos possibilitou que esse fato social se transformasse, hoje, em objeto da reflexão histórica e sociológica. Refutar essa oportunidade é negligenciar nossas responsabilidades com o dever de uma sociedade que necessita afirmar novos conceitos de cidadania e dignidade, não compatíveis com a noção de perseguição policial. Repensar a história de um período tão importante para a sociedade brasileira, à luz das informações e produção interna do órgão que tinha por incumbência pensar e exercer a vigilância e repressão às atividades políticas e sociais contrárias à ordem estabelecida, é revelar dentro da própria dinâmica da produção de legitimidade do poder, os mecanismos que, através do instrumental da arbitrariedade e da exclusão social de certos grupos, possibilitaram às elites dominantes a produção e legitimação de seu próprio poderio. Afinal, como já se indagou outrora o próprio Serge: “a repressão não faz especulações definitivas, a não ser com o medo. Mas será o medo suficiente para combater a necessidade, o espírito de justiça, a inteligência, a razão e o idealismo?” (SERGE, [19-], p. 57). Redefinir em nosso presente a amplitude desta questão é, desde já, vigiar para repudiar a repetição do passado em nosso futuro.

Referências

- ALVES, P. **A verdade sobre a repressão**. 1989. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BENJAMIN, W. Crítica da violência, crítica do poder. In: **Documentos de cultura, documentos de barbárie**. São Paulo: Cultrix, [19?].
- DEOPS/SP. Prontuário 5717: informe reservado Jorge Amado. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, [19-].
- DEOPS/SP. Prontuário 2431: o PC, estrutura orgânica, métodos e táticas. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, [19-]. 8v. doc.612.
- DEOPS/SP. Prontuário 716: informe reservado Antonio Ghioffi. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, [1931]. 2v. doc.18.
- DEOPS/SP. Prontuário 3477: comunicação interna. São Paulo: Arquivos do Estado; Imprensa Oficial, [1940]. 2v.
- DEOPS/SP. Prontuário 2431: informe reservada Mário de Souza. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, [196?]. v.1, doc.131.
- DEOPS/SP. Prontuário Socorro Vermelho Internacional: cópia de um reservado, sem assinatura e data. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 1962.
- DIAS, E. **Um imigrante e a revolução: memórias de um militante operário em São Paulo 1934-1951**. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- HILTON, S. **A suástica sobre o Brasil: história da espionagem alemã no Estado Novo (1939-1944)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- LENHARO, A. **A sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.
- MINGUARDI, G. **Tiras, trutas e gansos: cotidiano e reforma na polícia civil**. São Paulo: Scritta, 1991.
- PESTANA, J. C. **Manual da organização policial do Estado de São Paulo**. São Paulo: Escola de Polícia, 1963.
- PINHEIRO, P. S. **Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- SERGE, V. **O quê todo revolucionário deve saber sobre a repressão**. São Paulo: Quilombo, [19-].
- SOUZA, A. F. de **Poder de polícia, polícia civil e práticas policiais na cidade de São Paulo**. 1998. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

O TRABALHADOR GRÁFICO, São Paulo, 21 fev. 1923.

WAACK, W. **Camaradas - Nos arquivos de Moscou**: a história secreta da revolução brasileira de 1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.